

## **DECISÃO RECURSAL, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2025.**

Recurso ao DREI nº 14022.082915/2024-67

Processo JUCESP nº 1022355/24-7 (996046/24-0; 151.00009211/2024-32; 995082/24-8; 151.00001466/2024-57)

Recorrente: José Dilson das Chagas

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

- I. Destituição e cancelamento da matrícula de leiloeiro.**
- II. Alegação de injustiça no cancelamento da matrícula por falta de complemento da caução;**
- III. As deliberações da JUCESP e as normativas do DREI estabelecem a obrigatoriedade de manutenção e complementação da caução funcional para o exercício da profissão de leiloeiro. (IN DREI nº 52/2022)**
- IV. Recurso conhecido e não provido.**

(...) **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso ao DREI nº 14022.082915/2024-67, para que seja mantida a decisão do Colégio de Vogais da Junta Comercial do Estado de São Paulo que impôs ao Leiloeiro Público **José Dilson das Chagas** a pena de destituição e cancelamento da matrícula, pela ausência de complementação da caução funcional obrigatória, conforme disposto no §7º, art. 50 e §2º, art. 51 da Instrução Normativa DREI nº 52/2022.

Para o inteiro teor [clique aqui](#).

Recurso ao DREI nº 14021.019356/2025-40 e 14021.019421/2025-37

Processo JUCESP nº 995116/24-6 | 151.00001851/2025-85 (Proresp: 996033/24-5)

Recorrente: Raphael Cavalli Yarid

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo

- I. Leiloeiro Público Oficial. Denúncia em decorrência da ausência de complementação da caução funcional.**
- II. É cabível a pena de destituição quando o leiloeiro deixar de cumprir com a complementação da caução funcional. (§7º, art. 50 e §2º, art. 51 da IN/DREI nº 52/2022)**
- III. Recurso conhecido e não provido.**

**NEGO PROVIMENTO** aos Recursos ao DREI nº 14021.019356/2025-40 e 14021.019421/2025-37, determinando que seja mantida hígida a decisão do Colégio de Vogais da Junta Comercial do Estado de São Paulo que impôs ao Senhor **RAPHAEL CAVALLI YARID** a pena de destituição e cancelamento da matrícula, pela ausência de complementação da caução funcional obrigatória, conforme §7º, art. 50 e §2º, art. 51 da Instrução Normativa DREI nº 52/2022.

Para o inteiro teor [clique aqui](#).

Recurso ao DREI nº 16100.002673/2024-91

Processo JUCEMG 2250.01.0002063/2023-23 (Replen 13/764.657-7)

Recorrente: Procuradoria Jurídica da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Recorrido: Leiloeiro Público Oficial GERALDO DA COSTA ASSIS

I. Leiloeiro. Denúncia oferecida em face de leiloeiro oficial, por não complementação da caução. Deliberação plenária pela aplicação da penalidade de destituição (art. 75, I, "e", IN 52/2022).

II. Sobrestamento. Devolução à JUCEMG até trânsito em julgado do Mandado de Segurança nº 0039919-91.2011.4.01.3800.

II. Recurso conhecido e sobrestado.

(...) fica SOBRESTADO o presente Recurso ao DREI nº 16100.002673/2024-91, até o trânsito em julgado do Mandado de Segurança nº 0039919-91.2011.4.01.3800, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 6ª Região - TRF6.

Para o inteiro teor [clique aqui](#).